



MPCDF

Fl. 378

Proc.:

17035/08

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº 17.035/2008 (Volumes I e II)

PARECER Nº 1.394/2008 - DA

EMENTA: Auditoria realizada no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF. Exame de concessões de reformas, pensões militares e respectivas revisões, conforme previsto no Plano de Ação da 4ª ICE relativo ao 3º trimestre de 2008. Inspetoria sugere o conhecimento do relatório que apresenta com as sugestões que menciona, e o envio de cópia à Jurisdicionada, com fixação de prazo para cumprimento das medidas. Parecer convergente do Ministério Público de Contas.

Versam os autos do processo em epígrafe sobre a Auditoria de Regularidade levada a efeito pela 4ª ICE, no âmbito de suas atribuições, junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, em cumprimento ao Plano Geral de Ação das Inspetorias de Controle Externo para 2008 (Processo nº 39.158/2007), referente ao 3º trimestre, com vistas especificamente à verificação da regularidade dos pagamentos a militares reformados e a pensionistas militares.

2. A Unidade Técnica, a par de submeter ao Tribunal o relatório com o resultado final dos trabalhos e das ocorrências verificadas, bem como as propostas de providências que poderão ser adotadas para regularizar as impropriedades detectadas, ressaltou que a Auditoria foi realizada com observância aos temas da Decisão nº 77/07, exarada no Processo nº 24.185/07, e teve por objetivo principal: *a) verificar se foram adotadas as providências determinadas pelo egrégio Plenário nos processos de reformas, pensões militares e respectivas revisões, cujos atos foram considerados legais com medidas a serem cumpridas posteriormente; b) checar a regularidade dos pagamentos a militares reformados e a pensionistas militares, nas concessões consideradas legais, e c) verificar as providências adotadas pela Corporação em relação aos processos considerados ilegais.*

3. Asseverou que foram selecionados e disponibilizados 51 (cinquenta e um) processos, relacionados às fls. 08/10, com atendimento dos esclarecimentos solicitados pela equipe de Auditoria.

4. Finalizando, tendo em conta os exames realizados, os processos, documentos e informações disponibilizados pela Corporação, bem como as normas aplicáveis, apresentou a conclusão dos trabalhos, sugerindo ao eg. Tribunal:

- I. *tomar conhecimento do presente relatório de auditoria, bem como dos procedimentos adotados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF em atendimento às determinações proferidas nos processos apreciados pela e. Corte;*
- II. *ter por cumpridas as Decisões nºs: 243/08, PROCESSO Nº 22.450/07-TCDF, de ADILSON ORSANO DA SILVA; 2.060/07, PROCESSO Nº 31.560/06-TCDF, de ANCLEVES MOREIRA DO NASCIMENTO; 6.911/07, PROCESSO Nº 3.691/04-TCDF, de ANTONIO DE DEUS BATISTA; 6.167/06, PROCESSO Nº 769/02-TCDF, de EDMEA DE OLIVEIRA DOS SANTOS; 2.026/06, PROCESSO Nº*



MPCDF

Fl. 378
Proc.:
17035/08
Rubrica**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
TERCEIRA PROCURADORIA

1.779/99-TCDF, de ELISÂNGELA DA SILVA CORREIA DE LIMA; 3.900/07, PROCESSO Nº 2.475/04-TCDF, de ELIZAN MAULAZ LACERDA; 1.702/07, PROCESSO Nº 2.990/04-TCDF, de ELPÍDIO GOMES DOS SANTOS; 1.877/06, PROCESSO Nº 3.440/04-TCDF, de ENÁLDIO LUIZ DE LIMA; 5.062/06, PROCESSO Nº 3.162/04-TCDF, de ENOQUE SIQUEIRA LEITE; 6.257/07, PROCESSO Nº 5.755/94-TCDF, de FRANCISCO DE ASSIS CELESTINO DA COSTA; 1.075/07, PROCESSO Nº 35.409/06-TCDF, de FRANCISCO LOPES DE ARAUJO; 6.233/06, PROCESSO Nº 23.796/06-TCDF, de FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA; 215/08, PROCESSO Nº 13.280/07-TCDF, de GONÇALO DA SILVA; 146/06, PROCESSO Nº 11.556/05-TCDF, de GUIOMAR PEREIRA DE ANDRADE; 5.896/06, PROCESSO Nº 3.729/04-TCDF, de ILDEFONSO SARDEIRO DE ALCÂNTARA; 3.030/06, PROCESSO Nº 9.442/05-TCDF, de JOÃO BATISTA DA ROCHA; 2.047/06, PROCESSO Nº 572/04-TCDF, de JOSÉ WILSON PESSOA CASTELO BRANCO; 1.842/07, PROCESSO Nº 728/04-TCDF, de LENITA GOMES BATISTA DA SILVA; 5.824/06, PROCESSO Nº 471/04-TCDF, de LEONARDO FIGUEIREDO CABRAL; 2.030/08, PROCESSO Nº 14.627/07-TCDF, de LUIZ CLAUDIO MONTEIRO DOS SANTOS; 5.112/07, PROCESSO Nº 468/04-TCDF, de LUIZ PEREIRA DE ARAUJO; 6.030/06, PROCESSO Nº 3.872/84-TCDF, de MADALENA ROSA DE JESUS; 5.029/06, PROCESSO Nº 2.186/03-TCDF, de NEUSA GONÇALVES PEREIRA COELHO; 1.706/07, PROCESSO Nº 40.408/05-TCDF, de OSVALDINO JOSÉ ALVES; 242/08, PROCESSO Nº 22.433/07-TCDF, de OSVALDO JANUÁRIO DO NASCIMENTO; 5.992/06, PROCESSO Nº 27.436/05-TCDF, de ROBERTO DE ASSIS; 478/08, PROCESSO Nº 10/88-TCDF, de SERGIO DE AZEVEDO; 6.216/07, PROCESSO Nº 41.654/06-TCDF, de TIAGO BATISTA GOMES DE MEDEIROS; 1.437/06, PROCESSO Nº 4.654/98-TCDF, de WALDIK APARECIDA DE SA; 4.790/06, PROCESSO Nº 2.065/05-TCDF, de WEZER SILVA NEIVA;

- III. *ter por parcialmente cumpridas as Decisões nºs*: 3.502/07, PROCESSO Nº 1.988/98-TCDF, de ARNÓBIO PASSOS DE ANDRADE; 3.974/07, PROCESSO Nº 19.999/05-TCDF, de CARMELITA GOMES NOGUEIRA; 1.763/07, PROCESSO Nº 3.022/04-TCDF, de EDVALDO GOMES DE PAULA; 88/07, PROCESSO Nº 13.278/06-TCDF, de EVANDRO JOSÉ DE CASTRO; 1.667/07, PROCESSO Nº 2.992/04-TCDF, de GILBERTO SILVA ASSUNÇÃO; 1.509/08, PROCESSO Nº 15.046/07-TCDF, de IVO MOTA TEIXEIRA; 615/07, PROCESSO Nº 23.788/06-TCDF, de LUPÉRCIO BATISTA XIMENES FILHO; 3.301/07, PROCESSO Nº 38.238/06-TCDF, de MARCOS VIEIRA DA ROCHA; 6.398/07, PROCESSO Nº 22.671/05-TCDF, de MARIA APARECIDA DA SILVA SANTOS; 188/08, PROCESSO Nº 8.799/05-TCDF, de MARIA AUXILIADORA DE LIMA COSTA; 4.126/06, PROCESSO Nº 3.342/98-TCDF, de MARIA CELIA MOREIRA DE ARAUJO; 4.926/07, PROCESSO Nº 1.304/00-TCDF, de NEURACI MARIA DA SILVA;
- IV. *ter por não cumpridas as Decisões nºs*: 4.736/07, PROCESSO Nº 8.083/96-TCDF, de CELINA CAETANO DE SOUSA DA SILVEIRA; 2.338/07, PROCESSO Nº 41.417/06-TCDF, de ELIAS FARIAS DO NASCIMENTO; 6.033/07, PROCESSO Nº 5.471/05-TCDF, de JOSÉ PEDRO DA CUNHA; 6.386/07, PROCESSO Nº 2.336/99-TCDF, de MARIA APARECIDA DE JESUS; 2.174/08, PROCESSO Nº 2.816/04-TCDF, de MARIA SOUSA ARAUJO; 1.931/08, PROCESSO Nº 5.215/83-TCDF, de VIVALDO BRANDÃO DOS SANTOS; 2.255/07, PROCESSO Nº 840/95-TCDF, de WILSON JOSÉ SILVA BORGES;
- V. *considerando-se os achados de auditoria, determinar ao CBMDF que adote as seguintes providências*:
- V.a) *em relação aos Processos de*:
1. ARNÓBIO PASSOS DE ANDRADE (PROCESSO Nº 1.988/98-TCDF e 53.000.336/93-CBMDF): 1.1) *informar o andamento da ação judicial impetrada pelo militar contra a redução do Adicional de Tempo de Serviço de 31% para 28% e, se for o caso, o ressarcimento das quantias pagas a maior*; 1.2) *juntar aos autos de reforma o processo administrativo de concessão de pagamento e incorporação da Gratificação de Representação, retificar o ato concessório de reforma para incluir a fundamentação legal da referida gratificação, e elaborar o respectivo abono provisório, devendo, posteriormente, enviar o processo a esta Corte para conhecimento das providências adotadas*;
 2. CARMELITA GOMES NOGUEIRA (PROCESSO Nº 19.999/05-TCDF e 53.000.079/98 - CBMDF): *cumprir o disposto no item “b2” da Decisão nº 3.974/07*;



MPCDF

Fl. 378
Proc.:
17035/08
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

3. *CELINA CAETANO DE SOUSA DA SILVEIRA (PROCESSO Nº 8.083/96-TCDF e 53.001.253/96-CBMDF): 3.1) cumprir o disposto nos itens “II” e “III” da Decisão nº 4.736/07; 3.2) justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constavam como dependentes esposa e filha;*
4. *EDMEA DE OLIVEIRA DOS SANTOS (PROCESSO Nº 769/02-TCDF e 53.000.068/02 - CBMDF): corrigir junto ao SIAPE o valor do Adicional de Tempo de Serviço para 18%;*
5. *EDVALDO GOMES DE PAULA (PROCESSO Nº 3.022/04-TCDF e 53.000.795/03-CBMDF): 5.1) cumprir o disposto no item “III.1.a” da Decisão nº 1.763/07; 5.2) justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data da reforma do militar, constavam como dependentes esposa e filhos; 5.3) manter o Tribunal informado quanto às decisões proferidas no Processo nº 2004.01.1.104699-9, uma vez que elas poderão ter reflexos na concessão em apreço;*
6. *ELIAS FARIAS DO NASCIMENTO (PROCESSO Nº 41.417/06-TCDF e 53.000.634/96-CBMDF): cumprir o item “b” da Decisão nº 2.338/07;*
7. *ELISÂNGELA DA SILVA CORREIA DE LIMA (PROCESSO Nº 1.779/99 - TCDF e 53.000.360/99-CBMDF): 7.1) corrigir junto ao SIAPE o percentual do Adicional de Tempo de Serviço para 13%; 7.2) justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constavam como dependentes esposa e filhos;*
8. *ENÁLDIO LUIZ DE LIMA (PROCESSO Nº 3.440/04-TCDF e 53.000.406/03-CBMDF): tendo em conta a Decisão nº 4.053/08, prolatada no Processo nº 3.362/04, adotar, no prazo ali estabelecido, as providências necessárias à regularização do percentual do ACP, atentando, se for o caso, para o reflexo junto ao SIAPE, e para a necessidade de devolução ao erário dos valores que continuaram a ser pagos com base no artigo 3º, inciso III, da Portaria CBMDF nº 12/03 a contar do conhecimento da Decisão nº 3.390/07, igualmente adotada no Processo nº 3.362/04;*
9. *ENOQUE SIQUEIRA LEITE (PROCESSO Nº 3.162/04-TCDF e 53.000.524/94-CBMDF): tendo em conta a Decisão nº 4.053/08, prolatada no Processo nº 3.362/04, adotar, no prazo ali estabelecido, as providências necessárias à regularização do percentual do ACP, atentando, se for o caso, para o reflexo junto ao SIAPE, e para a necessidade de devolução ao erário dos valores que continuaram a ser pagos com base no artigo 3º, inciso III, da Portaria CBMDF nº 12/03 a contar do conhecimento da Decisão nº 3.390/07, igualmente adotada no Processo nº 3.362/04;*
10. *EVANDRO JOSÉ DE CASTRO (PROCESSO Nº 13.278/06-TCDF e 53.000.383/05-CBMDF): corrigir junto ao SIAPE o valor do Adicional de Tempo de Serviço para 26%;*
11. *FRANCISCO DE ASSIS CELESTINO DA COSTA (PROCESSO Nº 5.755/94-TCDF e 53.000.202/94-CBMDF): 11.1) justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data da reforma do militar, constavam como dependentes esposa e filhos; 11.2) corrigir a base de cálculo das parcelas Adicional de Tempo de Serviço e Adicional de Certificação Profissional, para considerá-la como o valor do salário mínimo, visto que, de acordo com o art. 31 da Lei nº 10.486/02, essa base representa o somatório das cotas de soldo com a parcela Complemento de Soldo; 11.3) tendo em conta a Decisão nº 4.053/08, prolatada no*



MPCDF

Fl. 378
Proc.:
17035/08
Rubrica**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
TERCEIRA PROCURADORIA

Processo nº 3.362/04, adotar, no prazo ali estabelecido, as providências necessárias à regularização do percentual do ACP, atentando, se for o caso, para o reflexo junto ao SIAPE, e para a necessidade de devolução ao erário dos valores que continuaram a ser pagos com base no artigo 3º, inciso III, da Portaria CBMDF nº 12/03 a contar do conhecimento da Decisão nº 3.390/07, igualmente adotada no Processo nº 3.362/04;

12. FRANCISCO LOPES DE ARAUJO (PROCESSO Nº 35.409/06-TCDF e 53.000.640/97-CBMDF): *corrigir a graduação do militar junto ao SIAPE para Subtenente BM, haja vista que, segundo consta da ficha funcional, o militar foi confirmado nessa graduação mediante ato publicado no DODF de 12.12.07;*
13. GILBERTO SILVA ASSUNÇÃO (PROCESSO Nº 2.992/04-TCDF e 53.001.415/02-CBMDF): *cumprir o item "III" da Decisão nº 1.667/07 quanto ao ACP;*
14. GUIOMAR PEREIRA DE ANDRADE (PROCESSO Nº 11.556/05-TCDF e 53.000.741/93-CBMDF): 14.1) *tendo em conta a Decisão nº 4.053/08, prolatada no Processo nº 3.362/04, adotar, no prazo ali estabelecido, as providências necessárias à regularização do percentual do ACP, atentando, se for o caso, para o reflexo junto ao SIAPE, e para a necessidade de devolução ao erário dos valores que continuaram a ser pagos com base no artigo 3º, inciso III, da Portaria CBMDF nº 12/03 a contar do conhecimento da Decisão nº 3.390/07, igualmente adotada no Processo nº 3.362/04;* 14.2) *juntar aos autos de reforma o processo administrativo de concessão de pagamento e incorporação da Gratificação de Representação, retificar o ato concessório de reforma para incluir a fundamentação legal da referida gratificação, e elaborar o respectivo abono provisório, devendo, posteriormente, enviar o processo a esta Corte para conhecimento das providências adotadas;*
15. IVO MOTA TEIXEIRA (PROCESSO Nº 15.046/07-TCDF e 53.000.528/94-CBMDF): *elaborar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço para incluir o tempo prestado pelo militar entre os anos de 1994 e 1995, bem como novo Abono Provisório para consignar o ATS no percentual de 32%, atentando para o reflexo junto ao SIAPE;*
16. JOSÉ PEDRO DA CUNHA (PROCESSO Nº 5.471/05-TCDF e 53.000.794/03-CBMDF): 16.1) *cumprir os disposto no item "II" da Decisão 6.033/07;* 16.2) *juntar aos autos de reforma o processo administrativo de concessão de pagamento e incorporação da Gratificação de Representação, retificar o ato concessório de reforma para incluir a fundamentação legal da referida gratificação, e elaborar o respectivo abono provisório, devendo, posteriormente, enviar o processo a esta Corte para conhecimento das providências adotadas;*
17. JOSÉ WILSON PESSOA CASTELO BRANCO (PROCESSO Nº 572/04-TCDF e 53.000.895/01-CBMDF): *tendo em conta a Decisão nº 4.053/08, prolatada no Processo nº 3.362/04, adotar, no prazo ali estabelecido, as providências necessárias à regularização do percentual do ACP, atentando, se for o caso, para o reflexo junto ao SIAPE, e para a necessidade de devolução ao erário dos valores que continuaram a ser pagos com base no artigo 3º, inciso III, da Portaria CBMDF nº 12/03 a contar do conhecimento da Decisão nº 3.390/07, igualmente adotada no Processo nº 3.362/04;*
18. LENITA GOMES BATISTA DA SILVA (PROCESSO Nº 728/04-TCDF e 53.000.631/02-CBMDF): *justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constavam como dependentes esposa e filhos;*



MPCDF

Fl. 378

Proc.:

17035/08

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

19. *LEONARDO FIGUEIREDO CABRAL (PROCESSO Nº 471/04-TCDF e 53.000.690/01-CBMDF): justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constava como dependente o filho;*
20. *LUIZ PEREIRA DE ARAUJO (PROCESSO Nº 468/04-TCDF e 53.000.769/01): juntar aos autos de reforma o processo administrativo de concessão de pagamento e incorporação da Gratificação de Representação, retificar o ato concessório de reforma para incluir a fundamentação legal da referida gratificação, e elaborar o respectivo abono provisório, devendo, posteriormente, enviar o processo a esta Corte para conhecimento das providências adotadas;*
21. *MARIA APARECIDA DA SILVA SANTOS (PROCESSO Nº 22.671/05-TCDF e 53.000.628/05-CBMDF): cumprir o disposto no item “III.2” da Decisão nº 6.398/07;*
22. *MARIA APARECIDA DE JESUS (PROCESSO Nº 2.336/99-TCDF e 53.000.467/99-CBMDF): 22.1) cumprir as determinações objeto do item “III” da Decisão nº 6.386/07; 22.2) tendo em conta a Decisão nº 4.053/08, prolatada no Processo nº 3.362/04, adotar, no prazo ali estabelecido, as providências necessárias à regularização do percentual do ACP, atentando, se for o caso, para o reflexo junto ao SIAPE, e para a necessidade de devolução ao erário dos valores que continuaram a ser pagos com base no artigo 3º, inciso III, da Portaria CBMDF nº 12/03 a contar do conhecimento da Decisão nº 3.390/07, igualmente adotada no Processo nº 3.362/04;*
23. *MARIA AUXILIADORA DE LIMA COSTA (PROCESSO Nº 8.799/05-TCDF e 53.000.889/04-CBMDF): cumprir o disposto no item “b2” da Decisão nº 188/08;*
24. *MARIA CELIA MOREIRA DE ARAUJO (PROCESSO Nº 3.342/98-TCDF e 53.000.542/98-CBMDF): 24.1) cumprir o disposto no item “II.b” da Decisão nº 4.126/06; 24.2) justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constavam como dependentes esposa e filhas;*
25. *MARIA LUCIA DE OLIVEIRA SILVA (PROCESSO Nº 2.993/04-TCDF e 53.000.700/03-CBMDF): justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constavam como dependentes esposa e filhas;*
26. *MARIA SOUSA ARAUJO (PROCESSO Nº 2.816/04-TCDF e 53.000.393/03-CBMDF): 26.1) cumprir o disposto nos itens “b” e “c” da Decisão nº 2.174/08; 26.2) justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constava como dependente sua mãe;*
27. *NEURACI MARIA DA SILVA (PROCESSO Nº 1.304/00 – TCDF e 53.000.958/99-CBMDF): 27.1) corrigir junto ao SIAPE o valor do Adicional de Tempo de Serviço para 26%; 27.2) justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constavam como dependentes esposa e filhos;*
28. *NEUSA GONÇALVES PEREIRA COELHO (PROCESSO Nº 2.186/03-TCDF e 53.000.354/01-CBMDF): 28.1) corrigir junto ao SIAPE o valor do Adicional de Tempo de Serviço para 17%; 28.2) justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constavam como dependentes esposa e filhas; 28.2) tendo em conta a Decisão nº 4.053/08, prolatada no Processo nº*



MPCDF

Fl. 378
Proc.:
17035/08
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

3.362/04, adotar, no prazo ali estabelecido, as providências necessárias à regularização do percentual do ACP, atentando, se for o caso, para o reflexo junto ao SIAPE, e para a necessidade de devolução ao erário dos valores que continuaram a ser pagos com base no artigo 3º, inciso III, da Portaria CBMDF nº 12/03 a contar do conhecimento da Decisão nº 3.390/07, igualmente adotada no Processo nº 3.362/04;

29. *OSVALDO JANUÁRIO DO NASCIMENTO (PROCESSO Nº 22.433/07 - TCDF e 53.000.823/98): justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constava como dependente sua mãe;*
30. *SERGIO DE AZEVEDO (PROCESSO Nº 10/88-TCDF e 53.001.249/87-CBMDF): justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constavam como dependentes companheira e filho;*
31. *VIVALDO BRANDÃO DOS SANTOS (PROCESSO Nº 5.215/83 - TCDF e 53.045.626/69-CBMDF): 31.1) cumprir o disposto no item “II” da Decisão nº 1.931/08; 31.2) tendo em conta a Decisão nº 4.053/08, prolatada no Processo nº 3.362/04, adotar, no prazo ali estabelecido, as providências necessárias à regularização do percentual do ACP, atentando, se for o caso, para o reflexo junto ao SIAPE, e para a necessidade de devolução ao erário dos valores que continuaram a ser pagos com base no artigo 3º, inciso III, da Portaria CBMDF nº 12/03 a contar do conhecimento da Decisão nº 3.390/07, igualmente adotada no Processo nº 3.362/04;*
32. *WALDIK APARECIDA DE SA (PROCESSO Nº 4.654/98 - TCDF e 53.000.914/98 - CBMDF): 32.1) justificar o pagamento do Auxílio-Moradia com base no valor sem dependente, haja vista que, na data do óbito do militar, constava como dependente sua mãe; 32.2) tendo em conta a Decisão nº 4.053/08, prolatada no Processo nº 3.362/04, adotar, no prazo ali estabelecido, as providências necessárias à regularização do percentual do ACP, atentando, se for o caso, para o reflexo junto ao SIAPE, e para a necessidade de devolução ao erário dos valores que continuaram a ser pagos com base no artigo 3º, inciso III, da Portaria CBMDF nº 12/03 a contar do conhecimento da Decisão nº 3.390/07, igualmente adotada no Processo nº 3.362/04;*
33. *WILSON JOSÉ SILVA BORGES (PROCESSO Nº 840/95-TCDF e 53.001.122/94-CBMDF): cumprir o disposto no item “II.a” da Decisão nº 2.255/07;*
34. *EDSON AMORIM MACHADO (PROCESSO Nº 1.073/03 - TCDF e 53.000.442/95-CBMDF): juntar aos autos de reforma o processo administrativo de concessão de pagamento e incorporação da Gratificação de Representação, retificar o ato concessório de reforma para incluir a fundamentação legal da referida gratificação, e elaborar o respectivo abono provisório, devendo, posteriormente, enviar o processo a esta Corte para conhecimento das providências adotadas;*

V.b) no que tange ao pagamento da parcela Diária de Asilado:

1. *tendo em vista o descumprimento da Decisão nº 4.219/07, e o alerta dado pelo Tribunal naquele mesmo decisum, indicar, para fins de eventual aplicação da multa prevista no inciso VIII do artigo 182 da Resolução nº 38/90 (RI/TCDF), o nome do responsável pelo referido descumprimento, dando-lhe ciência de que poderá apresentar, caso seja de seu interesse, a alegação de defesa que julgar pertinente;*



MPCDF

Fl. 378
Proc.:
17035/08
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

2. *cumprir, imediatamente, as medidas objeto da Decisão nº 4.219/07, incluindo os casos em que as ações já transitaram em julgado com resultado desfavorável aos impetrantes;*
- V.c) *quanto às inspeções de saúde de controle para a continuidade do pagamento do Auxílio-Invalidez aos milicianos residentes em outros estados, definir, com base nos princípios que regem a Administração Pública, conforme já sugerido pela Procuradoria-Geral do DF, os procedimentos que entender mais apropriados para dar cumprimento ao disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 26 da Lei nº 10.486/02;*
- VI. *alertar o CBMDF de que a base de cálculo das parcelas, no caso de proventos calculados com base em cotas de soldo com complemento de soldo, deve ser, de acordo com o art. 31 da Lei nº 10.486/02, o somatório das cotas de soldo devidas com o complemento de soldo, resultando no valor do salário mínimo;*
- VII. *reiterar:*
 - a) *ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal os termos dos itens V da Decisão 3.390/07-TCDF – avaliar a conveniência de se determinar às corporações militares do DF a realização de estudo conjunto com vistas à uniformização do pagamento do Adicional de Certificação Profissional – e VI da Decisão nº 1.546/08-TCDF – necessidade de se buscar, junto à União Federal, a edição de lei que conforme a base de cálculo do Auxílio-Invalidez ao que estabeleceu o inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal;*
 - b) *ao Comandante-Geral do CBMDF os termos do item VI da Decisão TCDF nº 3.738/07 – necessidade, entre outros procedimentos, de se incluir nos atos concessórios, no caso dos militares que fazem jus à Gratificação de Representação Militar pelo exercício de função militar, o art. 1º da Lei nº 186/91 e o art. 3º da Lei nº 213/91;*
- VIII. *autorizar o envio de cópia do presente relatório de auditoria ao CBMDF, com o fim de subsidiar a implementação das medidas determinadas; e*
- IX. *fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para que o CBMDF informe as providências adotadas para o cumprimento das medidas indicadas nos itens anteriores.*

5. Expostas as considerações externadas pela zelosa Inspeção, passo à análise dos autos verificando, de antemão, que, a par dos dados coligidos e dos resultados alcançados, a sugestão foi no sentido de o Tribunal conhecer do relatório apresentado (item I), ter por cumpridas (item II), por parcialmente cumpridas (item III), e por não cumpridas (item IV), as determinações posteriores da Corte, ao tempo em que, a partir dos achados de Auditoria, entendeu necessário se expedir determinações (item V), alerta (item VI) e reiteração (item VII) à Jurisdicionada, com autorizando que lhe seja enviada cópia do referido relatório (item VIII), e conseqüente fixação de prazo para adoção das medidas cabíveis (item IX).

6. De início, cabe tecer algumas considerações acerca das medidas (determinações) colacionadas no item V, alíneas “a.1” a “a.34”, “b.1” a “b.2” e “c”, das sugestões.

7. Verifica-se que, na essência, as correções solicitadas no item “V.a” (subitens 1 a 34) referem-se às comprovações: dos resultados de demandas judiciais (1 e 5); do direito à



MPCDF

Fl. 378
Proc.:
17035/08
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Gratificação de Representação por exercício de função militar (1, 14, 16, 20 e 34); bem como de ajustes: no Adicional de Certificação Profissional – ACP (2, 3, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 28, 31, 32 e 33), na parcela Auxílio Moradia de acordo com o número de dependentes do miliciano (3, 5, 7, 11, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 32); no percentual de ATS (4, 7, 10, 11, 15, 16, 22, 23, 26, 27 e 28); Diária de Asilado (31), além de outros ajustes gerais no SIAPE, nos abonos e no DTS (12, 15, 16, 22 e 26).

8. De fato, as demandas judiciais pendentes de informações adicionais devem ser acompanhadas pela Jurisdicionada, dando-se ciência ao Tribunal dos desfechos definitivos.

9. Respeitante à Gratificação de Representação Militar, calha anotar, por oportuno, que a referida vantagem foi objeto de estudos especiais no Processo nº 12.412/05, culminando na Decisão nº 231/2006, **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar atendida a determinação objeto do item VI, alínea “b”, da Decisão nº 1.321/2005, adotada no Processo nº 1.089/2004; II - comunicar a jurisdicionada que somente após a edição da Lei nº 3.481/2004, ressaltado o direito assegurado nos §§ 1º ao 5º do art. 1º dessa lei, não é mais possível a incorporação da parcela Gratificação de Representação prevista na Lei nº 186/91 aos proventos de inatividade de militar, sendo a referida vantagem, atualmente, devida apenas aos militares da ativa em exercício de função militar nos gabinetes militares da Governadoria e Vice-Governadoria do Distrito Federal;(…).” (grifamos)

10. Ressalte-se, ainda, que as Decisões nº. 163/95 (Processo nº. 5.780/94), nº. 2.285/06 (Processo nº. 654/02) e nº. 3.738/07 (Processo nº. 21.659/05 – Auditoria de Regularidade) também trataram do assunto, inclusive no que tange à inserção da fundamentação legal correspondente nos respectivos atos concessórios.

11. Assim, na visão Ministerial, nada obsta que, além das correções pontuais, nos processos específicos, indicadas no item “V.a”, o Tribunal acolha a sugestão de que trata o item “VII.b”, no sentido de se reiterar ao Comandante-Geral do CBMDF os termos do item VI da Decisão TCDF nº 3.738/07, quanto à necessidade “entre outros procedimentos, de se incluir nos atos concessórios, no caso dos militares que fazem jus à Gratificação de Representação Militar pelo exercício de função militar, o art. 1º da Lei nº 186/91 e o art. 3º da Lei nº 213/91.

12. Em relação ao Adicional de Certificação Profissional – ACP, observa-se que a Unidade Técnica registrou que a questão estava sendo tratada no Processo nº 3.362/2004, e mediante a Decisão nº 3.390/2007, adotada naqueles autos, a Corte resolveu: “IV. considerar irregulares, para fins de concessão do Adicional de Certificação Profissional – ACP, as equivalências estabelecidas pelo artigo 3º, inciso III e parágrafo único, da Portaria CBMDF nº 12, de 31 de março de 2003”.

13. Pela Decisão nº 4.053/08, também exarada naquele Processo, dentre outras medidas, o Tribunal expediu alerta ao CBMDF (item II): “... para a necessidade de devolução ao



MPCDF

Fl. 378
Proc.:
17035/08
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

erário dos valores que continuaram a ser pagos aos militares e pensionistas do CBMDF, a título de ACP, com base no inciso III do artigo 3º da Portaria CBMDF nº 12/03, após o conhecimento da Decisão nº 3.390/07, nos casos em que não se comprove que o miliciano realizou, com aproveitamento, legítimo curso de especialização/habilitação que assegure a percepção do acréscimo de 15% no referido Adicional, adotando-se, nesse caso, as orientações que promanam da Decisão nº 6.806/2007 (in DODF de 20.12.2007)”.

14. Dessa forma, a Corporação deverá observar o disposto nas Decisões nº 3.390/2007 e nº 4.053/2008, no sentido de ajustar o percentual do Adicional de Certificação Profissional, bem como de providenciar o ressarcimento das quantias porventura pagas a maior, na forma preconizada pela Inspeção.

15. Sob esse prisma, cabe registro, ainda, a reiteração sugerida no item “VII.a”:
“ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal os termos dos itens V da Decisão 3.390/07-TCDF – avaliar a conveniência de se determinar às corporações militares do DF a realização de estudo conjunto com vistas à uniformização do pagamento do Adicional de Certificação Profissional (...)”

16. A questão atinente à forma de cálculo da parcela Auxílio-Invalidez foi tratada no Processo nº 13766/2006 e os contornos definidos na Decisão nº 1.546/2008, em que pugnou pela eliminação do feito cascata (incidência sobre outras parcelas), ao tempo em que decidiu: *“VI - recomendar ao Chefe do Poder Executivo local que, com a urgência que o caso requer, busque a edição de lei, junto à União Federal, que conforme a base de cálculo do Auxílio-Invalidez ao que estabeleceu o inciso XIV do art. 37 da Lei Maior”*. Malgrado a referida decisão tenha sido proferida no corrente exercício, nada obsta que o Tribunal acolha, também, a proposição do item ‘VII.a’, **in fine**, de se reiterar a recomendação, porquanto a Equipe de Auditoria não verificou nenhuma providência adicional a esse respeito. Ademais, devem ser viabilizadas as revisões periódicas (item “V.c”) de que tratam o artigo 26, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.486/02:

§ 1º Para continuidade do direito ao recebimento do auxílio-invalidez, o militar ficará sujeito a apresentar anualmente declaração de que não exerce nenhuma atividade remunerada pública ou privada e, a critério da Administração, submeter-se, periodicamente, a inspeção de saúde de controle. No caso de militar mentalmente enfermo, a declaração deverá ser firmada por dois oficiais da ativa da respectiva Corporação.

§ 2º O auxílio-invalidez será suspenso automaticamente, pela autoridade competente, se for verificado que o militar beneficiado exerce ou tenha exercido, após o recebimento do auxílio, qualquer atividade remunerada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, bem como se, em inspeção de saúde, for constatado não se encontrar nas condições citadas neste artigo.

17. Quanto à parcela Diária de Asilado, a constatação foi no sentido de que, apesar de a Jurisdicionada haver constituído Comissão para avaliar o caso, não foram adotadas medidas tendentes ao cumprimento da Decisão nº 4.219/07, que ultimou recomendações de providências.



MPCDF

Fl. 378
Proc.:
17035/08
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

18. A ICE registrou que o assunto vem sendo objeto de análise no âmbito do Tribunal há algum tempo. Pela Decisão nº 4.219/07, exarada no Processo nº 9.120/06, a Corte reiterou seu posicionamento quanto à questão, ao tempo que detalhou os procedimentos que deveriam ser observados pelas Corporações Militares do DF. Noticiou que o Tribunal, pela Decisão nº 6.060/07, concedeu ao CBMDF novo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do conhecimento, para o cumprimento da Decisão nº 4.219/07. Anotou que o referido prazo encontra-se vencido. E concluiu:

28. De posse das listagens acima referidas, procedemos a uma minuciosa pesquisa, via Internet, acerca do andamento atual dos processos judiciais cujas decisões foram proferidas já em face da MP nº 2.218/01 (convertida na Lei nº 10.486/02). Da verificação, constatou-se que, nos casos com trânsito em julgado, todas as decisões definitivas foram desfavoráveis aos autores das ações, quando não em primeira instância, por ocasião dos recursos interpostos para instâncias superiores, e onde, se observa, a questão já se encontra bastante pacificada, conforme se vê pelos julgados do TJDF a seguir transcritos:

(...)

30. Não obstante as reiteradas determinações desta Corte de Contas, e a tendência de insucesso das ações impetradas pelos inativos e pensionistas junto ao Poder Judiciário, onde se percebe que o entendimento sobre o assunto está pacificado, verifica-se que o CBMDF reluta em não adotar os procedimentos delineados na referida Decisão nº 4.219/07. Mesmo agora, findos os trabalhos da referida Comissão, a Corporação ainda insiste no entendimento de que o valor da Diária de Asilado não deve ser alterado, promovendo, tão somente, uma mudança na denominação do benefício para VPNI do Art. 61 da Lei 10.486/02, naqueles casos em que não houve ações impetradas em face da nova legislação. Diante desse fato, e já tendo sido alertado da possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso VIII do artigo 182 do RI/TCDF, não resta outra alternativa a não ser sugerir à Corte determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que indique o responsável pelo descumprimento da Decisão nº 4.219/07-TCDF, facultando-lhe a apresentação da contra-razão que julgar pertinente. Grifei (“V.b”).

31. Além da medida proposta anteriormente deve-se alertar a Corporação para a necessidade de adotar, imediatamente, as medidas objeto da Decisão nº 4.219/07, inclusive nos casos em que já ocorreu o trânsito em julgado das ações e cujo resultado foi desfavorável aos impetrantes. Quanto às ações que ainda tramitam na Justiça, com decisões liminares ou sentenças recorridas favoráveis aos autores, resta recomendar à Corporação que aguarde o deslinde dos respectivos processos.

19. A Diária de Asilado surgiu com o advento da Lei nº 4.328/64. Chamava-se, anteriormente, Etapa de Asilado e destinava-se a dar amparo aos militares invalidados por alguma doença contraída ao longo do serviço ativo militar. A Lei 4.863/65 ampliou a abrangência da diária, estendendo-a também a todos os militares invalidados por doenças tipificadas em lei ou consideradas incuráveis.

20. Tal parcela, paga aos militares até o advento da Lei nº 5.619/70, foi substituída pela intitulada “Auxílio-Invalidez”. Como o valor dessa vantagem era inferior ao da primeira,



MPCDF

Fl. 378
Proc.:
17035/08
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

alguns militares ingressaram com ação judicial, auferindo o direito de permanecer recebendo as “Diárias de Asilado”.

21. Todavia, o Tribunal, por meio da Decisão nº 4535/2001, alterada pelas Decisões nºs 756/2002 e 5265/2003, todas adotadas no Processo nº 2131/2003, confirmadas na Decisão nº 6734/2003 (Processo nº 1284/2003), firmou o entendimento de que, com o advento da nova legislação disciplinadora da remuneração dos militares distritais (MP nº 2218/2001, convertida na Lei nº 10.486/2002), é incabível a inclusão da parcela “Diária de Asilado” nos estipêndios, salvo transformação em VPNI (art. 61, MP nº 2218/01), em caso de redução de remuneração.

22. Conforme inteligência do art. 61 do novel Diploma, a nova composição remuneratória, a ser contemplada nos proventos ou pensões militares, poderá permitir o pagamento de vantagens pretéritas tão-somente a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, caso a nova estruturação dos estipêndios implique redução salarial, prestigiando, assim, o princípio da irredutibilidade dos vencimentos. Por fim, a Decisão nº 4.219/07, trazida à baila pela ICE pacificou a questão. Dessa forma, não se vislumbra justificativa plausível para a manutenção do seu pagamento.

23. Demais considerações alvitadas pelo Corpo Técnico não merecem reparos por parte deste representante Ministerial.

24. Pelo exposto, com as considerações externadas nos parágrafos precedentes, opina este **Parquet** pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela Inspetoria.

É o parecer.

Brasília, 12 de dezembro de 2008.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador do Ministério Público de Contas do DF